

Wilson de Souza – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME

Mesa: Problemas de qualificação de pessoal para novas formas de ação indigenista

Bom, em primeiro lugar um bom dia para todos. Acho que fica difícil falar de bases para uma nova política indigenista se a gente não relembrar o momento atual que estamos atravessando hoje no Brasil. Eu sou um índio Pataxó, um índio da Bahia, e estou aqui representando a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Quero falar principalmente da questão da terra. Hoje os povos indígenas do Nordeste não têm terra. Se a FUNAI ou o governo demarcarem todas as terras indígenas que existem no Nordeste, não se dará três hectares para cada um, para cada família dos pouco mais de 60 mil índios que estão na região. É difícil você falar em formação, falar sobre a questão da capacidade indígena já que não se tem nem sequer terra para sobreviver. Quando o índio não tem terra, não tem a vida, que é o principal. A nossa mãe é a terra. Dentro disso, então, a situação pior é que no Nordeste tem a pobreza também. São essas famílias pobres que ocupam terras indígenas e não tem para onde ir. Com isso se gera o conflito, conflito armado, a exemplo do caso Kiriri da Bahia, que gerou mortes, a exemplo do Xukuru de Pesqueira em que assassinaram o Chicão¹. São os pequenos posseiros, também necessitados, que invadem. Enquanto a FUNAI e o governo não tomam uma posição, não fazem uma política que realmente demarque a terra, que homologue a terra, que tenha recursos pra fazer as indenizações, vai se dar o conflito dentro da sociedade indígena. A questão da seca é outro problema. O índio vive de esmola do governo, que tenta enganar com cesta básica. Tem muita gente que espera 8 dias para comer essa migalha que o governo dá. Por outro lado, existe uma discriminação muito grande dos órgãos públicos, do poder público, nos casos de investimento. Se por acaso o governo quiser investir nas áreas indígenas, os recursos têm que ser do próprio governo brasileiro, porque quem é que vai investir recursos, quem é que vai vir do estrangeiro para investir recursos no Nordeste? Lá não tem ouro, não tem madeira, lá não tem nada para explorar, então, fica difícil dos governos estrangeiros quererem investir no Nordeste, na sociedade indígena.

¹ [Dizer quem é]

Para o governo só estão existindo os Pataxó hoje porque tem os 500 anos. Eles ficam dizendo assim: “Vamos demarcar as terras lá de vocês, vamos até fazer investimentos”, porque chegou 2000 e os Pataxó tem que estar bem de vida para que o país não veja que os donos dali, os índios, estão na miséria. Podemos comemorar os 500 anos e seguir com promessas, com outros projetos de saneamento, produção, de regularização das terras indígenas da região. O próprio governo é o invasor da terra indígena do Monte Pascoal. Se for para demarcar as terras, a primeira coisa a reconhecer é que a área de preservação é dos índios Pataxó e não do governo federal. Nossa luta é para que no ano 2000 sejamos donos daquele parque, para preservá-lo, porque o governo, através IBAMA, está acabando com a mata fornecendo madeiras para madeireiros à meia-noite. O governo está muito queimado fora do Brasil e quer mostrar que tem uma nova política, para que no próximo milênio isto seja divulgado lá fora, que se diga que ele tem uma política boa para o país, que os índios participaram, definiram ela. Há vários projetos de lei no Congresso Nacional que são de interesse do governo. Um é a lei Romero Jucá, 1610/ 96, que trata de mineração em terras indígenas. Tem também a lei do **Mauro Isidro [conferir]** que limita a demarcação das terras indígenas e ecologia em 30%; tem a lei que extingue a FUNAI e passa a assistência e proteção indígenas aos estados e municípios; tem a lei de **Ulisses Ribeiro [conferir]**, de número 133, que condiciona a demarcação das terras indígenas à prévia autorização do Congresso Nacional. Como é então que o governo vai fazer esta nova política? Com que bases, com que poder e com que forma nós vamos fazer com que isto seja cumprido? Foi instalada agora esta CPI da FUNAI. Segundo o presidente da CPI, deputado Aécio Almeida, e seu relator, Antonio Feijão, um dos maiores opositores dos direitos indígenas no Congresso, um de seus objetivos é apurar denúncias de irregularidades do órgão. Pelo que discutimos na APOIN, não acreditamos que seja só isso. Esta CPI tem por trás os interesses dos mineradores, dos madeireiros e fazendeiros, que têm esta pessoa como porta voz no Congresso. Para nós a CPI da FUNAI não passa de uma manobra a mais, com o claro objetivo de tumultuar o procedimento de demarcação das terras indígenas. Querem descobrir como a FUNAI contrata os antropólogos para a demarcação de terras indígenas. Isso é uma coisa. Outra coisa é tentar descobrir como é que a FUNAI recebe dinheiro, para a demarcação de terras indígenas do país, de fora do Brasil, das ONGs, etc. Para nós isto não passa de uma farsa, eles chegam lá dizendo que têm que extinguir a FUNAI, que a FUNAI não presta, que precisamos de algo novo, que o estado e o município é que vão regularizar a questão das terras indígenas. Um parente

aqui falou que os antropólogos têm a missão de dizer em que terra o índio tem que ficar. A missão dele é comprovar a presença dos índios naquela área. Houve um erro muito grande em 85, quando os antropólogos da FUNAI foram delimitar uma área dos Pataxó lá no sul da Bahia. Foi nessa ocasião que eles retiraram um pedaço de Monte Pascoal para o governo federal. Numa outra área também, chamada Águas Belas e **Corumbalzinho [conferir]**, eles foram e disseram: “Vocês estão agrupados aqui, vocês só vão ficar neste pedaço, isso aqui dá pra vocês”, sendo que na época os índios já reclamavam que o território ultrapassava aquela área. Criou-se então o conflito porque a terra era improdutiva e era terra de fazendeiros. Os sem-terra foram lá e o INCRA loteou. Hoje estão lá vários índios e sem-terras. Culpa de quem? De antropólogos que não foram competentes na época para ouvir os índios, porque não são eles que determinam o tamanho da terra, eles têm que aceitar o que o índio disser, o que o índio provou. Se o índio provou que morou ali, o antropólogo tem que chegar e dizer: “O índio passou aqui, então é aqui mesmo”. Outra coisa também que está pegando, é a questão do conflito do governo federal com os antropólogos. Quer dizer, ele não respeita a decisão dos antropólogos, os antropólogos vão lá e dizem assim: “A terra dos índios é aqui.” Os fazendeiros vão lá, contestam e o governo acata. O decreto n. 175 é para isto. Se há um conflito com o antropólogo que vai lá, para que é que ele manda o antropólogo então? Então isso pra

se a FUNAI ou o governo demarcar todas as terras indígenas que tem no Nordeste, não se dá três hectares pra cada um, pra cada família de sessenta, pouco mais de 60 mil índios que se tem. Então é difícil você falar em formação e falar sobre a questão da capacidade indígena já que não se tem nem se quer terra, pra sobreviver, e quando azer muitas lideranças no país, tem conseguido enxergar as manobras que se tem feito nesse governo, os grandes veículos de manobra, as grandes manobras que se tem feito, tem conseguido demar..., brigar por seus direitos na justiça, pela terra, pelo seu ... pela sua sobrevivência, tem conseguido fazer isso, tem muita liderança hoje capacitada. Agora o que preciso eu acho agora, o que precisa é que eles ... capacitar pra assumir de verdade, assumir todo esse problema que tá aí , pra que os índios troquem o barranco, vai lá e faz mesmo. Eu acho que se a gente conseguiu ... fazer isso e nas lideranças nas comunidades lá, fazer também com que o povo chegue organizado, eu acho que a formação que se precisa, a capacitação ... pra que os índios sejam um dia realmente, independente de qualquer esse tipo de política que tá aí hoje no país. E não

só os índios também não ... os antropólogos, os funcionários públicos que lidam com índios precisam tá capacitados, inclusive tá enfrentando hoje novas formas de lidar e precisa se adequar a essas novas formas de hoje ... hoje não é mais aqueles 50 anos quando o SPI ia lá , falava “você vai sair daqui que essa terra vai ser arrendada”. Não é mais aqueles anos não, aqueles anos 50 não, então ... a FUNAI tá aí ó, a carcaça ... precisa de botar mais gente capacitada pra que ... pra que saiba lidar com cada povo, que cada povo tem seu costume, cada povo tem seu jeito de viver e cada ... profissional que vai lidar com esse povo precisa também realmente tá dentro dos quadros da realidade de cada povo, e isso, se a gente conseguir, as instituições também que lidam, as ONGs, as entidades também precisam se capacitar, pra lidar inclusive capacitar essas novas lideran..., esses novos índios em tudo, educação, e se formar realmente pra ... pra assumir as suas necessidades. E agora eu vejo uma preocupação também, eu vejo uma preocupação muito grande, hoje eu vejo os índios sendo capacitados ... ele vai, ele consegue se formar, consegue fazer um bom trabalho, mas se não oferecer a formação dele pra o nível lá dentro da comunidade pra ele atuar, certamente ele não vai, ele vai sair pra fora pra conseguir o seu jeito de vida. Porque se não demarca terra, se não tem jeito de ele viver na comunidade, porque se você estuda e você precisa de estudar e se forma, você não vai mais, se vai tentar caçar um meio de ajudar o seu povo de uma outra forma, seja na advocacia, seja médico, seja em tudo, seja como agente de saúde então tudo isso é preciso se adequar, é preciso ter a formação mas nesse meio, pra que nossos índios, nós temos hoje 230, 120 estudantes, estudando no ginásio, os Pataxós **Hã-Hã-Hãe**, daqui certamente eles vão se formar e se não tiver condições deles sobreviver, deles manter, demarcar as terras pra que eles fiquem lá, aí certamente vão perder cada vez mais lideranças na nossa comunidade.